

**TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 251**

**INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA NO BRASIL:  
EVIDÊNCIAS DO DIRETÓRIO DOS  
GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ**

**Márcia Siqueira Rapini**

**Março de 2005**

Ficha catalográfica

338.45:62(81)	Rapini, Márcia Siqueira.
R218i	Interação universidade-empresa no Brasil:
2005	evidências do diretório dos grupos de pesquisa do CNPq / por Márcia Siqueira Rapini - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.
	24p. (Texto para discussão ; 251)
	1. Pesquisa e desenvolvimento – Brasil. 2. Cooperação universitária – Brasil. I. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. II. CNPq III. Título. IV. Série.
	CDU

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

**INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA NO BRASIL:  
EVIDÊNCIAS DO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ**

**Márcia Siqueira Rapini**

Mestre em Economia no IE-UFRJ.  
Pesquisadora do Grupo de Economia da Ciência e da Tecnologia do  
CEDEPLAR/UFMG e IEL/FIEMG.

**CEDEPLAR/FACE/UFMG  
BELO HORIZONTE  
2005**

## SÚMARIO

1. INTRODUÇÃO .....	6
2. INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-INDÚSTRIA: REVISÃO DA LITERATURA .....	6
3. INTERAÇÃO UNIVERSIDADE – INDÚSTRIA NO BRASIL.....	9
4. INTERAÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ COM EMPRESAS.....	12
4.1. Articulações Área do Conhecimento e Setor de Atividade .....	16
5. CONCLUSÃO .....	19
6. BIBLIOGRAFIA.....	20

## **RESUMO**

O presente trabalho investiga a interação universidade-empresa no Brasil através de informações disponíveis no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq coletadas no Censo 2002. Apesar dos problemas inerentes à base de dados, estas informações fornecem panorama recente da interação entre universidades e empresas no país. Os resultados encontrados apontam que as relações de colaboração são concentradas em termos de áreas do conhecimento dos grupos de pesquisa, instituições às quais os grupos estão vinculados e setor de atividade das empresas. As interações mais freqüentes entre os agentes foram atividades de Engenharia não-rotineira, de Consultoria Técnica e Treinamento de pessoal. Ao passo que estes resultados vão de encontro às especificidades do Sistema Nacional de Inovação presente no país, incentivos podem ser realizados visando aumentar a transferência do conhecimento acadêmico para as empresas.

*Palavras-Chaves:* interação universidade-empresa, grupos de pesquisa, área do conhecimento, setor de atividade.

## **ABSTRACT**

The present work investigates university-industry interactions in Brazil through available data from CNPq's Research Groups Directory collected in Census 2002. Although limitations intrinsic to information collection, the database supplies some evidence from recent university-industry interactions in Brazil. The results point that collaborative relations are concentrated in terms of knowledge field and sector of activity. The more frequent relationships were no routine engineering, consultancy and trainament. This result were in accordance with Brazilian's NSI, but also suggests that much more can be done fostering academic knowledge transference to firms in the country.

*Key Words:* university-industry interactions, research groups, knowledge area, sector of activity.

*Classificação JEL:* O30, O39

## **1. INTRODUÇÃO**

O processo inovativo, talvez mais do que qualquer outra atividade econômica depende do conhecimento (Feldman, 1994). O novo papel da informação e do conhecimento nas economias e no processo produtivo tem levado a um reposicionamento do papel desempenhado pelas universidades. As mesmas não apenas são responsáveis pelo treinamento, como passaram a fornecer conhecimento crucial à evolução de alguns setores industriais.

A intensificação das interações entre universidades e empresas, à partir dos anos oitenta, se por uma lado vem refletindo na criação de diversos novos mecanismos institucionais de transmissão de tecnologia e de conhecimento, por outro sinaliza para um processo caracterizado por fluxos bilaterais de conhecimentos e técnicas (Meyer-Kramer e Schmoch, 1998). A estas mudanças acrescenta-se a presença de institucionalidades e de uma forte articulação com a infra-estrutura de ciência e tecnologia nacional (Pavitt, 1998), de forma que o entendimento deste processo não pode ser dissociado do desenvolvimento e consolidação do Sistema Nacional de Inovação (SNI).

A literatura que investiga interação universidade-indústria é empírica, baseada em três fontes de informação: estudos de casos, análises de patentes e bibliométricas ou em grandes pesquisas/levantamentos. Este trabalho investiga este tema com base nas informações disponíveis no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, referentes ao ano de 2002, ano base para o qual as informações foram solicitadas. A metodologia para a avaliação destes dados buscou ajustar o questionário aos objetivos do trabalho. Esta base de dados, pouco explorada, apesar de não contar com o nível de detalhamento de estudos empíricos abrange um número maior de instituições em várias localidades do país, sendo, ademais, informações recentes.

Além desta introdução o trabalho conta com mais quatro partes, sendo a segunda uma revisão da literatura referente à interação universidade – indústria, contemplando também especificidades destas articulações nos países em desenvolvimento. A terceira parte traz um resumo das relações entre universidades e empresas no país, vinculando as mesmas aos processos de industrialização e de consolidação da infra-estrutura nacional de C&T. A quarta parte examina a interação dos grupos de pesquisa do CNPq com empresas, por tipos de relacionamento e grande área do conhecimento, ademais de explorar particularidades de articulações entre área do conhecimento e setor de atividade. Por último a conclusão com os principais resultados do trabalho.

## **2. INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-INDÚSTRIA: REVISÃO DA LITERATURA**

O aumento da contribuição do conhecimento científico ao processo tecnológico remete a um importante papel desempenhado pelas universidades na medida em que permanecem como fonte primordial de geração deste conhecimento.

As contribuições das universidades para o processo inovativo nas firmas são sintetizadas como: fonte de conhecimento de caráter mais geral necessários para as atividades de pesquisa básica (Nelson, 1990); fonte de conhecimento especializado relacionado à área tecnológica da firma (Klevorick *et al.*, 1995); formação e treinamento de engenheiros e cientistas capazes de lidar com

problemas associados ao processo inovativo nas firmas (Rosenberg e Nelson, 1994; Pavitt, 1998); criação de novos instrumentos e de técnicas científica (Rosenberg, 1992); criação de firmas nascentes (*spin-offs*) por pessoal acadêmico (Stankiewics, 1994; Etzkowitz, 1999).

A amplitude e intensidade das interações universidade-empresa, por parte das firmas, é fortemente associada às oportunidades tecnológicas e ao grau de apropiabilidade enfrentados pelo setor de atividade (Klevorick *et al.*, 1995). Nas universidades é variante de acordo com as áreas do conhecimento (Saltin e Martin, 2001), de forma que a contribuição da ciência ao processo inovativo é compelida por especificidades setoriais. Da caracterização pioneira de Pavitt (1984) os setores baseados na ciência (*science-based*), que seriam aqueles nos quais as inovações estariam diretamente relacionadas aos avanços no conhecimento científico, acrescentam-se trabalhos posteriores, baseados em metodologias distintas<sup>1</sup>, voltados à identificação da interação entre as descobertas científicas e o avanço tecnológico nas firmas.

Estas investigações revelaram que os setores de atividade com interações mais intensas com a ciência, como sendo os que incluem áreas tecnológicas relacionadas à: engenharia genética, química orgânica e inorgânica, tecnologia de alimentos, biotecnologia, tecnologia a laser, micro-eletrônica (telecomunicações, componentes eletrônicos, processamento de dados). Os mesmos vinculados às indústrias: química, petroquímica, farmacêutica, de semicondutores, computadores, instrumentos, eletrônicos, equipamentos elétricos e aeroespacial; sendo as áreas científicas de maior dispersão ou aplicabilidade setorial: ciência da computação, ciência dos materiais, química, informática, metalurgia, física e matemática (Klevorick *et al.*, 1995; Cohen *et al.*, 2002; Schartinger *et al.*, 2002; Godin, 1996; Mansfield, 1991; Grupp, 1996).

Ademais das especificidades setoriais, a intensidade da interação universidade-empresa é compelida por outros fatores, como os referentes: ao setor industrial (tamanho da firma e características do desenvolvimento de novos produtos); ao setor de pesquisa público (políticas, disponibilidade de expertise, papel do mesmo como usuário); à tecnologia (características gerais, estágio de desenvolvimento, dinamismo da área); à firma (existência de base de conhecimento, propensão à interação<sup>2</sup>) (Faulkner e Senker, 1994). Estes fatores ademais de influenciarem a intensidade das interações universidade-indústria, compelem à mesma um caráter fortemente *path dependency*, que enfrenta problemas de adoção de novos paradigmas tecnológicos e trajetórias tecnológicas de forma rápida o suficiente (Meyer-Kramer e Schmoch, 1998:845).

Outro fator amplamente investigado na literatura tem sido a importância da proximidade geográfica na interação universidade-indústria. Os trabalhos realizados visaram identificar os efeitos de ‘transbordamento’ (*spill-overs*) do componente tácito do conhecimento científico gerado nas universidades para as atividades de P&D industrial (Jaffe *et al.*, 1993; Acts *et al.*, 1994), a importância de colaborações informais e contatos cara-a-cara em regiões de alta tecnologia (Varga, 1997;

<sup>1</sup> Dentre as metodologias utilizadas tem-se: investigação dos artigos científicos citados nas patentes - *non patent references* (Narin *et al.* 1997; Grupp, 1996); investigação da área científica de artigos publicados por firmas (Godin, 1996); e investigação via estudos, pesquisas e ou questionários aplicados às firmas (Klevorick *et al.*, 1995; Mansfield, 1991; Cohen *et al.*, 2002) e a pesquisadores acadêmicos (Meyer-Kramer e Schmoch, 1998; Schartinger *et al.*, 2001 e 2002).

<sup>2</sup> Importante fator a ser considerado é a origem do capital da empresa, uma vez que, a presença de empresas multinacionais e de capital estrangeiro em setores industriais relevantes ou orientados internacionalmente compromete o processo de troca de conhecimento através da interação U-I, tendendo a acontecer com o exterior, como identificado por McFetridge (1993) no Canadá e por Schartinger *et al.*(2002) na Áustria.

Mansfield e Lee, 1996) e a contribuição da infra-estrutura de pesquisa no desenvolvimento de capacidades inovativas em regiões (Dorfman, 1983; Feldman, 1994). As contribuições, contudo, variam de acordo com o tamanho de firma e intensidade de P&D (Beise e Stalh, 1999), nível de formalização das interações (Audretsch e Stephan, 1996) e a presença de institucionalidades locais (Breschi e Lissoni, 2001).

Nos países em desenvolvimento uma primeira distinção em se tratando de interação universidade-indústria reside no baixo nível de atividades de P&D desenvolvidas pelas firmas. Conseqüentemente, com poucas exceções, as firmas não têm como rotinas e estratégia de concorrência e crescimento a geração interna de conhecimento. A maior parte das atividades de P&D são realizadas pelo setor público, via empresas estatais, instituições de pesquisa e universidades federais (Sutz, 2000).

A fraca demanda por conhecimento, em termos quantitativos e qualitativos, por parte das firmas acarreta em pouco interesse por relações com universidades, sendo a contribuição mais expressiva das últimas na formação de recursos humanos. As interações quando presentes limitam-se a atividades de consultoria, serviços de rotina (mensuração, testes e controle de qualidade) e não a pesquisas de alto nível e de desenvolvimento experimental. Em termos da complexidade do papel desempenhado pelas universidades na periferia, as mesmas ao invés de produtoras de conhecimento são apenas praticantes do conhecimento de fronteira existente, definindo um perfil muito mais de consultoria do que de pesquisa em relação à indústria<sup>3</sup>.

Dentre problemas recorrentes às relações de cooperação entre universidades e empresas nos países em desenvolvimento destaca-se a ausência de mecanismos eficazes na definição dos direitos de propriedade, dificuldades de comunicação, burocracia, inadequação do pessoal de pesquisa, financiamento adequado, fatores sócio-culturais e a diferenças de cultura da universidade e indústria em termos de atividades de P&D relacionados ao curto versus longo prazo (Jasinski, 1997; Oyebisi *et al.*, 1996). Em relação às diferenças culturais salienta-se a distinta trajetória de institucionalização da atividade científica e dos cientistas nos países em desenvolvimento, que na ausência de padrões endógenos de legitimação buscaram a afirmação como comunidade em circuitos internacionais (Sutz, 1997), alienando-se dos problemas sociais e tecnológicos do país (Velho, 1996).

Como síntese, pode-se valer do sistematizado por Sutz (2000) na observação de algumas experiências de articulação universidade-indústria-governo em países da América Latina: (a) o envolvimento das firmas abaixo das expectativas, tanto em termos quantitativos como qualitativos; (b) ausência de ‘conhecimento relevante’ na solução de problemas quando a demanda existe; (c) pouca alteração no comportamento geral das firmas com respeito ao relacionamento com universidades. O mau emparelhamento da interação universidade-indústria é pela autora explicado como resultante da designação de mecanismos não adequados ou da utilização insuficiente dos mecanismos existentes.

---

<sup>3</sup> Arocena e Sutz (2003) propõem a denominação das universidades na periferia de ‘universidade isolada consultora’ em contrapartida a ‘universidade conectada empreendedora’ no centro, que além de mais articuladas com as firmas, estão envolvidas na produção de conhecimento de fronteira de potencial aplicabilidade ao setor produtivo.

### **3. INTERAÇÃO UNIVERSIDADE – INDÚSTRIA NO BRASIL**

O Brasil até 1945 caracterizou-se pela inexistência de um projeto de industrialização definido. Quando o mesmo aparece, a política industrial não vislumbra como essencial o incentivo à ciência e tecnologia, instituindo um descompasso entre as políticas de desenvolvimento industrial e de desenvolvimento científico e tecnológico (Cassiolato *et al.*, 1996). Posteriormente, o esforço de construção institucional entre 1930 e 1970 apesar, de ter possibilitado a convergência da base industrial e tecnológica nacional a patamares internacionais, não foi funcional ao alcance das novas tecnologias (Suzigan e Villela, 1997:31). A desconexão entre a infra-estrutura de C&T e o setor produtivo agrava-se nos anos 80 e 90 com a crise financeira do Estado que repercute em um sistemático processo de erosão da primeira, comprometendo não apenas a formação de recursos humanos, como também a habilidade da mesma de corresponder à capacidade produtiva do país (p.130).

Até os anos 70, os programas governamentais voltados à redução da dependência tecnológica externa acabaram por privilegiar a entrada da tecnologia estrangeira e o estabelecimento de multinacionais nos setores mais sofisticados. Neste cenário a comunidade científica, por sua vez, limitou-se a aplicar os recursos disponíveis no aumento de seu desempenho a níveis internacionais, sendo a opção pela pesquisa básica uma condição de sobrevivência (Velho, 1996). O fracasso da conexão entre a comunidade empresarial e a acadêmica levou o Estado a “transformar ele mesmo num demandante de pesquisa e tecnologia” (*idem*:49)<sup>4</sup>.

Uma primeira iniciativa partindo da marinha esteve relacionada ao design de hardware do primeiro microcomputador nacional envolvendo a Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1971. Posteriormente, em 1973 foi criado a Digibrás, holding estatal, visando a promoção da indústria brasileira de computadores. Pela primeira vez os esforços de desenvolvimento de tecnologia local eram articulados com firmas de capital nacional.

Similarmente, em 1976, o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Telebrás (CPqD) foi estabelecido próximo a UNICAMP, tendo sido a escolha motivada pela infra-estrutura educacional e de pesquisa existente na universidade. Os objetivos do CPqD eram o desenvolvimento de estratégias para o setor de telecomunicações no país, sendo uma junção de esforços das universidades locais, dos produtores de equipamentos de telecomunicações, outras instituições na região assim como o desenvolvimento de mão-de-obra qualificada (Szapiro, 2003). Da mesma forma a existência do Centro de Tecnologia da Aeronáutica (CTA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em São José dos Campos, propiciaram as condições necessárias para a criação da Embraer, em 1969, empresa estatal para a produção de aviões. Pelo lado do empresariado, observa-se a iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) com a criação o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), em 1969, com a finalidade de promover a interação universidade-indústria (Rappel, 1999:96).

Nos anos 80, o I Plano de Desenvolvimento Nacional da Nova República (1986-89) reconheceu que, até o momento, a oferta de tecnologia freqüentemente tinha sido baseada em critérios acadêmicos sem considerações significativas às necessidades da base industrial e do mercado

<sup>4</sup> De acordo com Velho (1996) a opção dos cientistas por desenvolverem atividades científicas não vinculadas às necessidades sociais ou tecnológicas do país era estratégia política de não-cooptação com regime autoritário vigente. Da mesma forma relações com as classes empresariais, aliadas do Estado autoritário, representavam elos com o regime.

(Dahlman e Frischtak, 1993:435). A partir de então, tem-se a primeira iniciativa de aproximação entre a academia e indústria partindo do governo federal com o ‘Programa de Inovação Tecnológica’ no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Posteriormente o ‘Programa de Implantação de Parques Tecnológicos’ possibilitou a criação dos primeiros parques tecnológicos e das incubadoras de empresas no país. Em 1987, a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (ANPROTEC) foi concebida significando avanços em termos de coordenação (Theis, 2002).

A ênfase na expansão da infra-estrutura de C&T, principalmente no desenvolvimento de recursos humanos refletiu as preocupações anteriores. O ‘Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Áreas Estratégicas’ (RHAE), instituído em 1987, sintetizava “a percepção do Estado de que havia lacunas entre o conhecimento gerado na universidade e sua transferência para o setor produtivo. Havia, portanto, a necessidade de estabelecer um *link* entre academia e indústria” (Costa, 1999:278). Os investimentos anteriores no acréscimo de bolsas propiciaram o sucesso do programa, sendo que entre 1985 e 1990 o crescimento das bolsas de mestrado foi de 83.4%, de doutorado 111,09% e de iniciação científica 233%.

Nos anos 90, a Política Industrial e de Comércio Exterior concebida, também destinou significativa importância à associação entre universidades e empresas na modernização tecnológica do parque industrial nacional e no aumento da participação do setor privado nos investimentos de C&T (Velho, 1996:55). No âmbito federal foram criados programas especiais tendo como objeto a pesquisa aplicada e o desenvolvimento experimental nas áreas de engenharias (Rappel, 1999:101). O maior deles foi uma ação conjunta dos Ministérios de Ciência e Tecnologia e da Educação que criaram o programa de Redes Cooperativas de Pesquisa (RECOPE) para estimular e apoiar a constituição de redes de instituições de pesquisa e empresas em torno de projetos cooperativos. Na esfera do III Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), o Projeto Plataforma foi criado para apoiar a integração dos esforços entre universidades, institutos de pesquisa e empresas industriais na geração de projetos cooperativos<sup>5</sup>.

Adicionalmente a estes programas, foram concebidos incentivos fiscais às empresas no aumento da capacitação e competitividade, através das leis nº 8.248 de 1991 e 8.661 de 1993. A primeira estabeleceu que as empresas nas áreas de informática e automação deveriam investir 5% do seu faturamento em P&D e dentre o mesmo pelo menos 2% deveriam obrigatoriamente ser aplicados em convênios com universidades ou instituições de pesquisa. A segunda dispunha a concessão de incentivos fiscais para a capacitação tecnológica das empresas dos setores industriais e agropecuário que executassem, respectivamente, o Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) e o Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (PDTA). De acordo com Silva e Mazzali (2001) este conjunto de incentivos, até setembro de 1995, beneficiou 27 programas de desenvolvimento tecnológico, referentes a 26 empresas isoladas e a um consórcio abrangendo 40 empresas. Estas medidas, contudo tornaram-se inoperantes com a publicação da Lei 9532 de 1997 que reduziu para 4% a dedução do imposto de renda para os investimentos em tecnologia (Cassiolato *et al.*, 1996).

<sup>5</sup> Dentre os 10 programas apoiados pelo PADCT em 1998, destaca-se o Programa de Automação Industrial na Bahia, envolvendo 8 indústrias petroquímicas e 2 universidades tendo gerado 7 projetos cooperados.

Ao nível estadual observa-se também a criação de mecanismos específicos ao estímulo à cooperação da comunidade acadêmica com o setor empresarial provenientes das Fundações de Amparo à Pesquisa. Como exemplo, enumera-se a FAPERG que em 1989 lançou o primeiro edital de projetos de pesquisa que assegurassem a integração universidade e empresa (Frantz, 1999), tendo até 1998 financiados cerca de 200 projetos (Vargas *et al.*, 1999). A FAPESP vêm criando “mecanismos para intensificar a disseminação do conhecimento, tornando-o mais acessível à empresa” (Cruz, 1999:235) com a criação de Programas como o de Parceria para Inovação Tecnológica (PITE) e o de Inovação na Pequena Empresa (PIPE).

Do lado das empresas, têm-se iniciativas recentes dos Institutos Euvaldo Lodi com a criação dos Fóruns de Tecnologia (ForumTec) no Ceará (em 1996) e na Bahia (em 1997) “cujo objetivo é articular as instituições que compõem o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, promovendo a geração de projetos cooperativos que captem recursos para o desenvolvimento tecnológico local” (Rappel, 1999:102). A Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (ANPEI), criada em 1984, mais recentemente também vem realizando iniciativas na aproximação entre a indústria e a universidade.

A investigação de estudos de casos revela conexões parciais, construídas historicamente como é o caso da Petrobrás, com atualmente seis Centros de Excelência, da EMBRAPA e do IPT. Por parte das universidades relatos de interação e de relativo sucesso na UNICAMP (Brisolla *et al.*, 1997), UFSCAR e USP (Gregolin, 1999) remontam, também, às articulações construídas ao longo do tempo, muitas vezes estando estas dentre as missões iniciais da instituição. Ademais destes casos, o crescente comprometimento de universidades no desenvolvimento local e regional observado recentemente é atribuído muito mais à subordinação a políticas estaduais específicas de C&T do que a iniciativas partidas de instituições ou de empresas, como bem ilustra o Programa Regional de Cooperação Científica e Tecnológica (PRCT) do Noroeste do Rio Grande/ RS (Schneider, 1999).

Dentre problemas identificados em estudos de casos que refletem em ineficiências e fragilidades das interações recentes entre universidades e empresas no país, reúne-se: baixo conteúdo científico e curto prazo requerido para as soluções industriais que não estimula os contratantes a investirem em ciência e tecnologia (Castro e Balán, 1994 em Brisolla *et al.*, 1997); ausência de interlocutores adequados nas firmas dificultando a comunicação (Brisolla *et al.*, 1997); setor produtivo pouco inovativo (Melo, 1999); ausência de instrumentos adequados nas universidades para a comercialização de tecnologia (Hemais *et al.* 2000); pouca flexibilidade das instituições de ciência e tecnologia (Salomão, 1999).

Este cenário confirma-se na atual configuração industrial nacional não voltada à geração interna de tecnologia própria, como constatado pela PINTEC (2000). A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou baixa taxa de inovação nacional (em média 32), reflexo de poucos investimentos em atividades de P&D por parte do setor privado. A principal fonte de incorporação e desenvolvimento de novas tecnologias industriais foi via aquisição de máquinas e equipamentos, em um contexto, no qual nas empresas, a maior proporção é de atividades de P&D ocasionais (57,13% do total). Em concordância as principais fontes de informação para a implementação de inovações foram as oriundas de interações de natureza comercial (com fornecedores, clientes, consumidores e empresas concorrentes), em detrimento de fontes de informações institucionais como as provenientes de universidades e instituições de pesquisa.

Na mesma direção a cooperação com demais organizações na implementação de atividades inovativas foi pouco utilizada pelas firmas industriais no Brasil. Do conjunto das firmas inovadoras somente 11% valeram-se deste tipo de estratégia. Em termos de parceiros, a maior proporções de relações de cooperação foram com fornecedores e clientes, respectivamente 6% e 5% das empresas inovadoras, e apenas 3,7% com universidades<sup>6</sup>. Ao passo que a supremacia dos agentes da cadeia produtiva como fontes de informação relativamente às demais vai de encontro ao identificado na literatura (Cohen *et al*, 2002) a pouca utilização das universidades é um contraste, se visto que nos países da OCDE o percentual de colaboração é em torno de 10% (IBGE, 2003).

Uma investigação intersetorial revela que, ademais das especificidades setoriais onde uma maior proximidade entre descobertas científicas e inovações está presente, a cooperação com universidades no país vincula-se significativamente à presença de atividades internas de P&D<sup>7</sup>, sinalizando que ‘alguma linguagem em comum’ é necessária ao estabelecimento de interações. E à luz destas especificidades que a próxima seção deve ser lida.

#### **4. INTERAÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ COM EMPRESAS**

O Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq reúne informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no país abrangendo pesquisadores, estudantes, técnicos, linhas de pesquisa em andamento, produção científica, tecnológica e artística geradas pelos grupos. Apesar de caracterizar-se por uma base de informações de preenchimento opcional, o universo abrangido pela mesma vêm aumentando ao longo do tempo, podendo-se supor relativa representatividade da comunidade científica nacional (Carneiro e Lourenço, 2003). As informações exploradas ao longo desta seção foram obtidas mediante consultas *on-line* ao Censo 2002 do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq no modulo ‘Plano Tabular’, sendo exceção os dados examinados na seção 4.1 requisitados, mediante tabulação especial, ao CNPq. Este módulo disponibiliza conjunto de variáveis que podem ser agregadas, de maneiras diversas, na construção de tabelas. A escolha das variáveis a serem analisadas baseou-se na tentativa de trazer resultados comparáveis aos já realizados na literatura. A versão 4.0 do Diretório, objeto de investigação do trabalho, abrange 268 instituições com 15.158 grupos de pesquisa cadastrados.

Dentre os mesmos 1.279 grupos de pesquisa, equivalentes a 8,4%, do total, relataram algum tipo de relacionamento com empresas, pertencentes a 159 instituições cadastradas no Diretório. A Tabela I traz o número de grupos de pesquisa que participaram de relações de colaboração com empresas e a soma dos relacionamentos declarados em cada grande área do conhecimento. Observa-se que duas grandes áreas do conhecimento concentram mais de 60% do total dos relacionamentos dos grupos de pesquisa com empresa, sendo: Engenharias e Ciência da Computação (43,8%) e Ciências Agrárias (19,5%). O primeiro caso é de alguma forma esperado visto abranger áreas de tradicional proximidade às práticas industriais. Por outro lado, o segundo reflete a especialização nacional em agroindústria, especificidades da difusão da tecnologia e incentivos públicos de longo prazo para o desenvolvimento da agricultura desde 1960.

<sup>6</sup> Alto e médio grau de importância atribuído a esta opção no questionário.

<sup>7</sup> Conforme levantado na literatura, Rosenberg (1990), Pavitt (1991).

Há também significativas interações dos grupos de pesquisa nas Grandes Áreas de Ciências Exatas e da Terra e Ciências Biológicas com respectivamente 10,3% e 9,7% do total dos relacionamentos. A participação dos relacionamentos associados aos grupos de Humanidades (Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências Humanas e Lingüística, Letras e Artes) e de Ciências da Saúde é inferior a 6%. Ao passo que para as áreas de Humanidades este resultado é de alguma forma esperado, mesmo que a literatura esteja apontando para uma maior interação com empresas principalmente das do setor de serviços (Schartinger *et al.*, 2002) para as de Ciências da Saúde este panorama é preocupante, remetendo a especificidades nacionais (Cassiolato e Albuquerque, 2000)<sup>8</sup>.

**TABELA I**  
**Total de Grupos de Pesquisa com relacionamentos e Soma dos Relacionamentos declarados por Grande Área do Conhecimento, Brasil, 2002**

Grande Área do Conhecimento	Grupos de pesquisa com relacionamento		Soma dos Relacionamentos	
	(1)	(2)		
Ciências Agrárias	274	21,4%	1640	19,5%
Ciências Biológicas	119	9,3%	819	9,7%
Ciências Exatas e da Terra	162	12,7%	864	10,3%
Ciências Humanas	59	4,6%	454	5,4%
Ciências Sociais Aplicadas	75	5,9%	402	4,8%
Ciências da Saúde	116	9,1%	489	5,8%
Engenharias e Ciência da Computação	460	36,0%	3688	43,8%
Lingüística, Letras e Artes	14	1,1%	61	0,7%
Total	1279	100,0%	8417	100,0%

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, Censo 2002, elaboração própria.

A informação referente aos tipos de relacionamentos possíveis entre grupos de pesquisa e empresas foi fornecida pelos líderes dos grupos. Cada líder do grupo pode atribuir até três tipos de relacionamento mais freqüente com empresas que se encontram listados no Quadro I. O primeiro bloco da tabela sintetiza os relacionamentos possíveis oriundos dos grupos de pesquisa para empresas, ao passo que o segundo bloco sintetiza os relacionamentos possíveis provenientes das empresas para os grupos de pesquisa. Dentre os mesmos, os de número 4 e 12 foram excluídos nas investigações subsequentes, por não estarem necessariamente associados a relações de interesse mútuo<sup>9</sup>.

As informações disponibilizadas não permitem identificar o grau de relevância ou importância atribuída a cada tipo relacionamento de forma que análises semelhantes às realizadas na literatura (Meyer-Kramer e Schmoch, 1999; Klevorick *et al.*, 1996; Cohen *et al.*, 2002) não é possível. As análises são primordialmente baseadas na soma dos distintos tipos de relacionamentos em cada grande área do conhecimento e na participação relativa dos mesmos em cada conjunto de investigação. Ademais, limitações e problemas inerentes à coleta dos dados, decorrente da subjetividade das percepções individuais, não estão sobre o controle<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Segundo os autores o progresso tecnológico no setor Saúde no Brasil caracteriza-se por um “processo de absorção passiva e desordenada” (p.67), sendo pouco expressivas interações da academia com o setor farmacêutico.

<sup>9</sup> Estes relacionamentos equivalem-se a 18% do total.

<sup>10</sup> Sobre exemplo do problema das distintas percepções dos indivíduos em relação ao tema transferência de tecnologia, ver Moravcsik (1983:288).

**QUADRO I**  
**Tipos de relacionamento dos Grupos de Pesquisa com Empresas**  
**de acordo com o fluxo de origem, Brasil, 2002**

Provenientes dos Grupos de Pesquisa para as Empresas (Grupos de Pesquisa-> Empresas)	
1	Atividade de consultoria técnica não contempladas nos demais tipos
2	Atividades de engenharia não rotineira <i>inclusive o desenvolvimento de protótipo cabeça de série ou planta piloto</i>
3	Desenvolvimento de software
4	Fornecimento de insumos materiais para as atividades sem vinculação a um projeto específico de interesse mútuo
5	Pesquisa científica com considerações de uso imediato dos resultados
6	Pesquisa científica sem considerações de uso imediato dos resultados
7	Transferência de tecnologia
8	Treinamento do pessoal incluindo cursos e treinamento em “serviço”
9	Outros tipos predominantes de relacionamento que não se enquadrem em nenhum dos anteriores
Provenientes das Empresas para os Grupos de Pesquisa (Empresas-> Grupos de Pesquisa)	
10	Atividades de engenharia não rotineira <i>inclusive o desenvolvimento/fabricação de equipamentos</i>
4	Desenvolvimento de software não rotineiro
12	Fornecimento de insumos materiais para as atividades sem vinculação a um projeto específico de interesse mútuo
13	Transferência de tecnologia
14	Treinamento do pessoal incluindo cursos e treinamento em “serviço”

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa - CNPq, Censo 2002, numeração estabelecida pela autora

A Tabela II sintetiza a freqüência dos tipos de relacionamentos descritos no Quadro I em cada grande área do conhecimento. O primeiro bloco traz os tipos de relacionamentos oriundos dos grupos de pesquisa tendo como destino as empresas. Os mesmos são em torno de 76% do total de relacionamentos, de forma que nesta base de dados, as interações de colaboração de interesse mútuo, partem primordialmente das universidades e instituições públicas de pesquisa<sup>11</sup>. A maior parcela de colaboração oriunda das empresas para os grupos de pesquisa (segundo bloco), ocorre em Engenharias e Ciência da Computação abrangendo 13% do total.

Dentre os relacionamentos provenientes dos grupos de pesquisas para as empresas (primeiro bloco) os de maior freqüência são, respectivamente, as atividades de ‘Engenharia não-rotineiras’ com 20% do total, ‘Consultoria Técnica’ com 15% e ‘Pesquisa científica sem considerações de uso imediato dos resultados’, com aproximadamente 12% do total. As atividades de ‘Engenharia não rotineira’ por incluírem o desenvolvimento de protótipo ou planta-piloto para as empresas estariam contemplando atividades associadas às etapas iniciais e de definição de projetos. Comparativamente aos resultados encontrados nos EUA por Cohen *et al.* (2000), onde a maior freqüência das relações de colaboração com o setor público é para etapas de finalização e de complementação dos projetos de P&D (e não para a sugestão e ou iniciação de novos projetos) ter-se-ia uma especificidade para o caso brasileiro.

<sup>11</sup> Identificação da natureza das instituições envolvidas encontra-se em Rapini (2004).

**TABELA II**  
**Freqüência dos Tipos de relacionamento dos Grupos de Pesquisa com Empresas por ‘Grande Área’ do conhecimento, Brasil, 2002**

	Ciências Agrárias	Ciências Biológicas	Ciências da Saúde	Engenharias e Ciência da Computação	Ciências Exatas e da Terra	Ciências Humanas	Ciências Sociais e Aplicadas	Lingüística Letras e Artes	Total
<b>Grupos de Pesquisa-&gt; Empresas</b>									
Consultoria técnica	3,01	1,57	0,81	6,37	1,68	0,77	0,76	0,12	15,08
Engenharia não rotineira <sup>(a)</sup>	4,22	1,82	1,32	8,82	1,94	0,95	0,87	0,17	20,09
Desenvolvimento de software	0,15	0,19	0,08	1,20	0,17	0,17	0,07	0,04	2,07
Pesquisa científica com uso imediato	1,27	0,86	0,40	1,91	0,43	0,23	0,37	0,08	5,55
Pesquisa científica sem uso imediato	2,41	1,09	0,70	4,82	1,45	0,65	0,55	0,06	11,74
Transferência de tecnologia	2,03	0,76	0,56	2,99	0,88	0,26	0,30	0,02	7,81
Treinamento de pessoal	1,05	0,57	0,34	1,91	0,48	0,48	0,32	0,02	5,17
Outros	1,78	0,93	0,51	2,78	0,82	0,75	0,44	0,08	8,07
<i>Soma acima (1)</i>	<i>15,92</i>	<i>7,78</i>	<i>4,73</i>	<i>30,78</i>	<i>7,83</i>	<i>4,25</i>	<i>3,67</i>	<i>0,59</i>	<i>75,56</i>
<b>Empresas-&gt; Grupos de Pesquisa</b>									
Engenharia não rotineira <sup>(b)</sup>	0,89	0,63	0,19	5,41	0,87	0,31	0,30	0,07	8,68
Desenvolvimento de software	0,40	0,19	0,08	1,32	0,50	0,12	0,15	0,01	2,78
Transferência de tecnologia	0,58	0,24	0,30	1,58	0,14	0,13	0,17	0,00	3,14
Treinamento de pessoal	1,69	0,89	0,51	4,73	0,93	0,58	0,49	0,05	9,86
<i>Soma acima (2)</i>	<i>3,56</i>	<i>1,95</i>	<i>1,08</i>	<i>13,03</i>	<i>2,44</i>	<i>1,14</i>	<i>1,10</i>	<i>0,13</i>	<i>24,44</i>
<i>Total de Relacionamentos [(1)+(2)]</i>	<i>19,48</i>	<i>9,73</i>	<i>5,81</i>	<i>43,82</i>	<i>10,26</i>	<i>5,39</i>	<i>4,78</i>	<i>0,72</i>	<i>100,00</i>

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, Censo 2002, elaboração própria.

Nota: a) inclusive o desenvolvimento de protótipo cabeça de série ou planta piloto para a empresa.

b) inclusive o desenvolvimento fabricação de equipamentos para o grupo.

As atividades de ‘Consultoria técnica’ vindo em segundo lugar em termos de freqüência, ao passo que reflete padrão distinto do observado em estudos em países desenvolvidos (Meyer-Kramer e Schmoch, 1998), vai de encontro à caracterização do papel da universidade na periferia desenvolvida por Arocena e Sutz (2002). Estes dois relacionamentos mais freqüentes por parte dos grupos de pesquisa, refletem a demanda por insumos acadêmicos pouco sofisticados, voltados a pequenas melhorias ou adaptações em concordância com estudos de casos realizados (Brisolla *et.al.*, 1997). Ademais a supremacia das atividades de ‘Transferência de Tecnologia’ (7,81%) sobre as de ‘Pesquisa científica de uso imediato’ (5,55%) reporta à primazia de uma absorção passiva por parte da indústria<sup>12</sup>.

O segundo bloco da Tabela II traz a freqüência dos relacionamentos procedentes das empresas para os grupos de pesquisa. Dentre os mesmos, as maiores participações são respectivamente de ‘Treinamento de pessoal’ de ‘Engenharia não rotineira’ (inclusive o desenvolvimento/fabricação de equipamentos para o grupo), com respectivamente 9,86% e 8,68% do total dos relacionamentos. Neste bloco, ‘Engenharias e Ciência da Computação’ abrangem mais da metade dos relacionamentos. Os relacionamentos referentes a ‘Treinamento de pessoal’ possivelmente compreendem estágios fornecidos a membros dos grupos de pesquisa. Em termos gerais o ‘Desenvolvimento de software’ é a atividade de colaboração menos freqüente em ambos os blocos.

#### **4.1. Articulações Área do Conhecimento e Setor de Atividade**

Esta seção investiga as articulações entre as áreas do conhecimento dos grupos de pesquisa e o setor de atividade das empresas com as quais os líderes dos grupos de pesquisa declaram algum tipo de relacionamento, consistindo em tentativa de comparação a estudos similares realizados pela perspectiva das empresas (Klevorick *et al.*, 1995; Cohen *et al.*, 2002) ou das universidades (Schartinger *et al.*, 2002; Meyer-Kramer e Schmoch, 1998). As áreas do conhecimento dos grupos de pesquisa escolhidas foram as de maior participação relativa em interações com empresas<sup>13</sup>, e os setores de atividade selecionados foram os de maior representatividade vinculados às empresas privadas e às empresas pública ou de economia mista.

A Tabela III sintetiza a articulação entre os setores de atividades das empresas e as respectivas áreas do conhecimento dos grupos de pesquisa que interagiram. O primeiro número refere-se ao total de grupos de pesquisa e o segundo ao total de empresas, nas respectivas áreas do conhecimento e setor de atividade. A magnitude do total dos grupos e das empresas é utilizada como aproximação das interações existentes, visto terem sido as informações passíveis de obtenção junto ao CNPq. A soma das variáveis é sujeita a dupla contagem devendo as análises ser realizadas somente em cada linha ou coluna.

Uma primeira informação, passível de exploração, refere-se ao impacto das áreas do conhecimento nos setores de atividade, ou seja, quais áreas estariam tendo aplicabilidade para um maior número de setores. Neste escopo, se inclui em primeiro patamar as áreas de Engenharias, e em um segundo acrescentar-se-ia Química e Ciência da Computação. Por outro lado, algumas áreas contribuem de forma particular a setores específicos como é o caso de Zootecnia, Medicina e Engenharia de Minas

<sup>12</sup> A exceção a este padrão ocorre somente nas Ciências Biológicas podendo ser decorrente de especificidades de algumas áreas, como por exemplo, as relacionadas à biotecnologia.

<sup>13</sup> Em termos de total de relacionamentos.

Cohen *et al.* (2002) encontraram nos EUA como áreas de maior aplicabilidade setorial, Ciência da Computação e Ciência dos Materiais. Nesta base, apesar destas áreas figuram como importantes para um substancial número de setores, as áreas de maior aplicabilidade setorial foram Engenharia de Produção e Engenharia Mecânica. Esta configuração, distintamente da norte-americana calcada no desenvolvimento de tecnologias de fronteira, é conivente com o modelo nacional de capacitação e geração interna de tecnologia, baseado em adaptações e em pequenas melhorias incrementais. Por outro lado, o desempenho de Química, mais próximo do padrão observado nos EUA, remete à presença de uma estrutura industrial robusta em química e petroquímica, inclusive com atividades de P&D compatíveis aos padrões internacionais.

Em termos de articulações específicas, ressalta-se Engenharia Elétrica com o setor de ‘Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações’; Engenharia de Materiais e Metalúrgica com ‘Metalurgia básica’ e ‘Fabricação de máquinas de equipamentos’; Engenharia Mecânica e ‘Fabricação de máquinas de equipamentos’, Ciência da Computação e ‘Atividades de informática e conexas’; Geociências e ‘Indústrias Extrativas’; Recursos Florestais e Engenharia Florestal e ‘Fabricação de celulose, papel e produtos do papel’/ ‘Fabricação de produtos de madeira’; e Ecologia e ‘Produção e distribuição de energia elétrica’. Observa-se a ausência de predomínio de setor(es) de atividade em Física, tendo sua aplicabilidade dispersa entre empresas de distintos setores.

Pela perspectiva setorial, na indústria de transformação, as indústrias química e petrolífera foram as que mantiveram relacionamentos com a maior diversidade de grupos de pesquisa em termos das áreas preponderantes<sup>14</sup>. Ao passo que este desempenho vai de encontro ao identificado em estudos sobre a forte dependência de descobertas científicas, caracterizando-se como setores *science-based* (Narin *et al.*, 1997; Klevorick *et al.*, 1995; Mansfield, 1991), no país ao mesmo adiciona-se caráter multidisciplinar das áreas científicas envolvidas nos avanços tecnológicos. As empresas do setor de ‘Fabricação de Produtos Químicos’ interagiram significativamente com grupos de pesquisa das áreas de Química, Engenharia Química, Medicina Veterinária, Engenharia de Materiais e Metalúrgica e Agronomia; e as empresas do setor de ‘Fabricação de coque, álcool, combustíveis nucleares e refino de petróleo’<sup>15</sup> com grupos de Engenharia Química, Geociências, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Engenharia Mecânica e Química.

Estes resultados apontam primeiramente para particularidades específicas, onde existe grande complementariedade entre o conhecimento desenvolvido na academia e a aplicação industrial, podendo-se inclusive ‘emprestar’ o conceito de “divisão do trabalho” (Schartinger *et al.*, 2001), sendo alguns exemplos Engenharia civil e ‘Construção’; Engenharia Florestal e Recursos Florestais’ e ‘Fabricação de celulose, papel e produtos de papel’. Em segundo confirmam características inerentes ao SNI brasileiro baseado em inovações incrementais, adaptativas e de pouca sofisticação, revelado na grande dispersão (ou disseminação) e importância das áreas de Engenharia de Materiais e Metalúrgica e Engenharia de Produção. Portanto, a estrutura industrial e a demanda por conhecimentos científicos e tecnológicos determinam, em grande extensão, o aproveitamento da base de conhecimento existente. As particularidades e características da constituição do SNI são fundamentais na investigação desta dimensão das articulações e da contribuição da infra-estrutura científica nacional nos avanços técnicos e tecnológicos nas empresas.

<sup>14</sup> Resultados compatíveis com a PINTEC 2000, onde 46% das empresas em Fabricação de Produtos Químicos declararam cooperação com universidades e instituições de pesquisa durante processo inovativo.

<sup>15</sup> Este setor caracteriza-se pelo pequeno número de empresas, apenas 16, de forma que a interatividade é expressa na magnitude dos grupos de pesquisa.

**TABELA III:**  
**Total de Grupos de Pesquisa e de Empresas que se relacionaram, respectivamente, nas Áreas do Conhecimento e Setores de Atividade, Brasil, 2002**

Setor de Atividade	Agronomia	C. Comp.	C. Tecn. Alim.	Ecol.gia	Eng. Agrí.	Eng. Civil	Eng. Mat./ Metal.	Eng. Minas	Eng. Prod.	Eng. Elét.	Eng. Mec.	Eng. Quím.	Física	Genética	Geociências	Méd.	Méd. Vet.	Micro Biol.	Quím.	Rec. Flor. Eng. Flor.	Zootecnia	Total
Agric., pecuária, silvicultura e expl. florestal	31/29	1/1	11/11	3/3	5/9	2/2	1/1		3/3		1/1	1/1		2/4	2/2		4/5	1/1		14/10	8/5	129
Indústrias extractivas	5/6	7/3	4/2			10/9	22/12	7/13	5/1	6/3	20/2	19/2	5/2	1/1	21/10			1/1	11/1	4/4		44
Construção			1/1			10/18	1/1		3/3		1/1	1/1			1/1			1/1		1/1		32
<i>Serviços</i>																						
Saúde e Serviços Sociais		1/1	1/1	1/1	1/1		1/1				1/1		3/3	2/3		30/20	2/2	2/2	2/2	1/1		59
Atividades de informática e conexas		19/22				2/2			8/8	3/3	1/1		1/1		1/5	1/1			1/1		1/1	50
Ativ.imob.e serv. prest. a empresas*	33/5	7/6	5/4	5/5	7/2	2/2	1/1		3/3	10/7	2/2		2/2	4/1	17/9	1/1	8/3	2/2	2/2	8/3	9/5	51
Com.; reparação de veículos aut., objetos pessoais e domésticos	39/14	7/5	10/8	1/1	10/5	6/7	6/7		4/8	8/9	9/11	2/2	3/3	5/2	7/6	1/1	7/3	1/4	10/9	3/2	9/8	122
Produção e distribuição de energia elétrica	2/1	5/4		7/8	1/1	10/8	2/1		6/6	29/35	15/15	1/1		1/1	3/4		1/1	2/2	2/1	1/1	50	
Serviços prestados principalmente às empresas	18/11	2/2	3/6	3/6	1/1	9/8	3/3	2/2	6/9	7/6	9/10	4/4	1/1		10/20		2/2	2/2	3/3	2/2	2/2	115
<i>Indústria de Transformação</i>																						
Celulose, papel e produtos de papel	7/7						2/2		2/3	1/2	1/1	3/2		1/9				1/1	15/16			22
Coque, álcool e comb. nucleares, ref. petróleo	3/9	6/1	2/1	1/1		4/1	19/3	2/1	8/3	5/1	22/4	18/2	5/1	2/2	18/3			2/2	11/1			16
Equip. de instrum. e automação industrial		4/2	1/1			1/1	5/5		1/4	7/5	3/3		3/5			1/1	1/1		2/2			33
Máquinas e equipamentos	1/2	2/2	3/2		6/13	2/2	19/21		4/17	7/8	16/19	2/2	½						2/2	1/1		78
Máq. p/ escritório e equip. de informática		6/5							3/4	1/1	2/3											11
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1/2	2/2				1/1	5/7		4/7	14/21	8/6		1/1						2/2			38
Material eletr. E apar. e equip. de com.		8/9				1/1		3/3		2/3	21/16	4/2		2/2		1/1			1/1			30
Outros equipamentos de transporte	1/1						6/5			1/1	2/2					2/1						3
Produtos de madeira																				11/10		16
Produtos de metal (exclusive máq. e equip.)				1/1		5/5	11/12		5/6	1/1	5/5	1/1	1/1									35
Produtos de minerais não-metálicos							11/24	12/29	3/3	3/3	2/2		1/3						2/2			69
Produtos químicos	7/10	2/1	4/4	3/3		6/6	10/14	1/1	3/4		7/9	18/21	2/2	2/2	4/2	3/5	11/9	7/8	19/28	4/3	8/9	144
Montagem veíc. aut., reboques e carrocerias	1/1						10/10		7/7		14/12							1/2	1/1			21
Metalurgia básica	5/5	2/1	3/2	4/4		6/6	23/26	1/1	5/4	5/5	13/10	3/2	1/1		3/3				1/1	6/3		38
Outras indústrias de transformação	18/28		23/49	2/2	1/1	6/10	1/1	4/6	2/2	5/5	7/8	2/2	3/2			8/8	3/7	7/11	5/6	7/9		164
<i>Total (Grupos de Pesquisa)</i>	<i>103</i>	<i>60</i>	<i>39</i>	<i>22</i>	<i>18</i>	<i>48</i>	<i>68</i>	<i>11</i>	<i>31</i>	<i>72</i>	<i>70</i>	<i>42</i>	<i>24</i>	<i>15</i>	<i>58</i>	<i>42</i>	<i>39</i>	<i>19</i>	<i>58</i>	<i>35</i>	<i>33</i>	

Fonte: Tabulação Especial, Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, Censo 2002, elaboração própria.

Nota: (\*) exclusive atividades de informática e conexas

## 5. CONCLUSÃO

A investigação da base de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq fornece algumas evidências da articulação recente entre universidades e empresas no país, mesmo que contemplando uma pequena parcela da comunidade científica nacional. Dentre os resultados discorridos ao longo do texto destaca-se a predominância dos fluxos de conhecimentos e serviços oriundos dos grupos de pesquisa para as empresas, sendo os mesmos voltados a atividades rotineiras, de pouca complexidade e sofisticação (consultoria técnica, engenharia não-rotineira e treinamento de pessoal).

As áreas do conhecimento com maior proporção de relacionamentos, Engenharias e Ciência da Computação e Ciências Agrárias, são compatíveis com o modelo de industrialização brasileiro e com incentivos públicos específicos de desenvolvimento setorial. Ademais não é identificada associação entre a capacitação científica e a colaboração com empresas, como exemplificado pelas áreas de Ciências Biológicas e da Saúde, onde o país, inclusive, tem vantagem comparativa em termos internacionais. Nestes casos, estímulos que levem a uma maior atuação do setor privado são necessários para o aproveitamento das oportunidades existentes.

Este panorama se por um lado vai de encontro ao desenvolvido por Cassiolato *et al.* (1996), sendo inclusive evidência, do pouco aproveitamento pelo setor produtivo do conjunto de oportunidades tecnológicas oferecidas pela infra-estrutura de C&T nacional (p.142), por outro, ressalta o engajamento do sistema público de pesquisa também em pesquisas aplicadas como encontrado por Schwartzman (1989). As universidades e instituições de pesquisa brasileiras são potencialmente capazes de contribuírem para a solução de problemas técnicos e em avanços tecnológicos na indústria (Quental *et al.*, 2000), sendo importante não apenas a existência de mecanismos efetivos e eficientes de interação com o setor produtivo, como também a demanda pelos mesmos nos últimos.

A instabilidade macroeconômica e os impactos sofridos com a abertura dos anos 90 levaram à adoção de novas estratégias de sobrevivência por parte das empresas. Distintamente do almejado, a adequação das empresas ao novo cenário foi primordialmente com aquisição de insumos tangíveis (máquinas e equipamentos) em detrimento da aquisição e/ou desenvolvimento de insumos intangíveis (Cassiolato e Szapiro, 2003). A interação com universidades e instituições de pesquisa pode ser inserida como um mecanismo capaz de fomentar a aquisição de insumos intangíveis fundamentais para a geração e desenvolvimento de tecnologias internamente.

Espera-se com este trabalho ter explorado as potencialidades da base de dados em questão como mecanismo auxiliar na investigação das interações universidade-empresa e área do conhecimento-setor de atividade. As limitações inerentes à coleta das informações, e à metodologia adotada devem estar sempre em mente, devendo os resultados ser interpretados com precaução, sendo sempre uma aproximação. Esta base de dados pode ser explorada de inúmeras outras formas como, por exemplo, pesquisas ao nível de Unidades da Federação<sup>16</sup>. A continuidade de esforços semelhantes por parte do CNPq talvez permita, no futuro, comparações intertemporais, concomitantemente com o aumento do nosso entendimento sobre o tema no país.

---

<sup>16</sup> Ver Rapini e Campos (2004) para investigação para Minas Gerais.

Por fim, como agenda de pesquisa para o futuro propõe-se pelo menos três desdobramentos a partir do presente trabalho. Um primeiro consiste na combinação destas informações com estudos de casos a serem realizados, que complementem a investigação do tema da cooperação entre universidades e empresas no país. Um segundo, consiste no levantamento das produções científica e tecnológica dos grupos de pesquisa que relacionaram com empresas na compreensão de possíveis desdobramentos e causalidades (semelhante a investigações realizadas na literatura, Stephan, 2001; Ranga, *et. al.*, 1999). E em terceiro, o desenvolvimento e concepção de indicadores voltados às interações universidade-indústria, no âmbito de um escopo maior de indicadores de C&T para países em desenvolvimento.

## 6. BIBLIOGRAFIA

- ACTS, Z. J; AUDRETSCH, D.B; FELDMAN, M. P. R&D Spillovers and Recipient Firm Size. *The American Economic Review*, v.82, n.1, p.363-367, March, 1994.
- AROCENA, R.; SUTZ, J. Knowledge, innovation and learning: systems and policies in the north and in the south. In: CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H. M. M; MACIEL, M. L. (Org.) *Systems of Innovation and Development – Evidence from Brazil*. 1.ed. Massachusetts: Edward Elgar, 2003, Capítulo 11, p.291-310.
- AUDRETSCH, D. B.; STEPHAN, P. E. Company- Scientist Locational Links: The Case of Biotechnology. *The American Economic Review*, v. 86, n.3, p.641-652, June, 1996.
- BEISE, M.; STAHL, H. Public research and industrial innovations in Germany. *Research Policy*, v.28, n.4, p.397-422, Abril, 1999.
- BRESCHI, S.; LISSONI, F. Knowledge Spillovers and Local Innovation Systems: A Critical Survey. *Industrial and Corporate Change*, v.10, n.4, p.975-1005, 2001.
- BRISOLLA, S.; CORDER, S.; GOMES, E.; MELLO, D. (1997) As relações universidade-empresa-governo: Um estudo sobre a Universidade Estadual de Campinas. *Educação & Sociedade*, ano XVIII, n.61, p.187-209, dezembro, 1997.
- CARNEIRO, S. J.; LOURENÇO, R. Pós-Graduação e Pesquisa na Universidade, In: VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. (Org) *Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil*, Campinas: Editora da Unicamp, 2003, Capítulo 4, p.169-227.
- CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Alguns Indicadores de Inovação no Brasil: os dados da PINTEC e a Importação de Tecnologia. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. M. H. (Org) *Novas Políticas de Inovação lições para o Brasil*. Mimeo. IE/URFJ, 2003.
- CASSIOLATO, J. E.; ALBUQUERQUE, E. As especificidades do sistema de inovação do setor saúde: uma resenha da literatura como introdução a uma discussão sobre o caso brasileiro. *Estudos FesSBE* I, 2000.

CASSIOLATO, J. E.; GADELHA, C. G.; ALBUQUERQUE, E.; BRITTO, J. A Relação Universidade e Instituições de Pesquisa com o Setor Industrial: uma análise de seus condicionantes, Mimeo IE/UFRJ, 1996.

CNPq. Diretório dos Grupos de Pesquisa, <http://lattes.cnpq.br/censo2002>

COHEN, W. M.; NELSON, R. R.; WALSH, J. P. The influence of Public Research on Industrial R&D. *Management Science*, v. 48, n.1, p.1-23, January, 2002.

COSTA, E. F. A Interação Universidade/Empresas e o Papel do Estado: Um Caso de Sucesso. *Interação Universidade Empresa*, Brasília: IBICT, 1999, p.262-281.

DAHLMAN, C. J.; FRISCHTAK, C. R. National systems supporting technical advance in industry: the brazilian experience. In: NELSON, R. (Org.) *National innovation systems: a comparative analysis*. New York, Oxford: Oxford University, 1993, Chapter 13, p. 76-114.

DORFMAN, N. S. Route 128: The development of a regional high technology economy. *Research Policy*, v.12, n. 6, December, p.299-316, 1989.

ETZKOWITZ, H. Bridging the gap: the evolution of industry-university links in the United States. In: BRANSCOMBS, L. M.; KODAMA, F.; FLORIDA, R. (Org.) *Industrializing Knowledge – University-Industry Linkages in Japan and the United States*. Cambridge: The MIT Press, 1999, p.203-233.

FAULKNER, W.; SENKER, J. Making sense of diversity: public-private sector research linkages in three technologies. *Research Policy*, v.23, n.6, p.673-695, November, 1994.

FELDMAN, M. The Geography of Innovation. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1994.

FRANTZ, T. R. O papel da interação universidade e empresa na implantação de um programa de capacitação tecnológica em região periférica (A experiência do programa de cooperação científica e tecnológica do noroeste do RS). *Interação Universidade Empresa*, Brasília: IBICT, Volume 2, 1999, p.65-89.

GODIN, B. Research and the practice of publication in industries. *Research Policy*, v.25, n.4, p.587-606, June, 1996.

GREGOLIN, J. A. R. É possível aumentar a contribuição social da universidade via interação com empresas? *Interação Universidade Empresa*, Brasília: IBICT, Volume 1, 1999, p.180-203.

GRUPP, H. Spillover effects and science base of innovations reconsidered: an empirical approach. *Evolutionary Economics*, v.6, p.175-197, 1996.

HEMAIS, C. A.; ROSA, E.; BARROS, H. M. Patent Activities in North América and Brazilian Universities: a Comparative Study. *Third Triple Helix International Conference: The Endless Transition*, Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. Pesquisa Industrial Inovação Tecnológica 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. Brasil em números, v. 13. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

- JAFFE, A. B.; TRAJTENBERG, M; HENDERSON, R. Geographic Localization of knowledge spillovers as evidence by patent citation *The Quartely Journal of Economics*, v. 108, n.3, p. 577-598, August, 1993.
- JASINSKI, A. H. New development in science-industry linkages in Poland. *Science and Public Policy*, v.24, n.2, p.93-99, April, 1997.
- KLEVORICK, A. K.; LEVIN, R.; NELSON, R.; WINTER, S. On the sources and significance of inter-industry differences in technological opportunities. *Research Policy*, v.24, n.2, p.185-205, March, 1995.
- MANSFIELD, E. Academic research and industrial innovation. *Research Policy*, v.20, n.1, p.1-12, February, 1991.
- MANSFIELD, E.; LEE, J. The modern university: contributor to industrial innovation and recipient of industrial P&D support. *Research Policy*, v.25, n.7, p.1047-1058, October, 1996.
- MCFETRIDGE, D. G. The Canadian System of Industrial Innovation. In: NELSON, R. (Org.) *National innovation systems:a comparative analysis*. New York, Oxford: Oxford University, 1993, p. 299-323.
- MELO, L. C. de Organização do Fomento para a promoção da cooperação universidade-empresa: a experiência da Facepe no período 1995-1998. *Interação Universidade Empresa*, Brasília: IBICT, Volume 2, 1999, p.137-149.
- MEYER- KRAMER, F.; SCHMOCH, U. Science-based technologies: university- industry interactions in four fields. *Research Policy*, v.27, n.8, p. 835-851, December, 1998.
- MORAVCSIK, M. J. The role of science in technology transfer. *Research Policy*, v.12, n.5, p. 287-296, October, 1983.
- NELSON, R. Capitalism as an engine of progress. *Research Policy*, v.19, n.3, p.193-214, June, 1990.
- OYEBISI, T. O.; ILORI, M. O.; NASSAR; M. L Industry-academic relations: an assessment of the linkages between a university and some enterprises in Nigeria. *Technovation*, v.16; n. 4, p.203-209, 1996.
- PAVITT, K. Sectoral patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory. *Research Policy*, v.13, n.6, p.343-373, December, 1984.
- PAVITT, K. What makes basic research economically useful. *Research Police*, v.20, n.2, p. 109-119, April, 1991
- QUENTAL,C.; GADELHA, C. A.; FIALHO, B. de C. Brazilian Health Innovation System. In: *Third Triple Helix International Conference: The Endless Transition*, Rio de Janeiro, 2000.
- RANGA, L M.; DEBACKERE, K.; TUNZELMANN, N. V. Entrepreneurial universities and the dynamics of academic knowledge production: a case study of basic vs. applied research in Belgium. *Scientometrics*, v.58, n.2, p.301-320, July, 2003.
- RAPPEL, E. Integração Universidade-indústria: os “porques” e os “comos”. *Interação Universidade Empresa*, Brasília: IBCT, 1999, p.90-106.

RAPINI, M. S. Interação Universidade- Indústria no Brasil: Uma análise exploratória a partir do Diretório de Pesquisas do CNPq. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UFRJ, 2004.

RAPINI, M. S; CAMPOS, B.C. As universidades mineiras e suas interações com a Indústria: Uma análise a partir de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisas do Cnpq. In: *XI Seminário sobre Economia Mineira*, Diamantina, 2004.

ROSENBERG, N. Scientific instrumentation and univeristy research.? *Research Policy*, v.21, n.4, p.381-390, August, 1992.

ROSENBERG, N. Why firms do basic research (with their own money)? *Research Policy*, v.19, n.2, p. 165-174, April, 1990.

ROSENBERG, N; NELSON, R. American university and technical advance in industry. *Research Policy*, v.23, n.3, p.323-348, May,1994.

SALOMÃO, J. R. (1999) A incubação de empresas e projetos cooperativos como mecanismo de interação com a universidade. *Interação Universidade Empresa*, Brasília: IBCT, Volume 2, 1999, p.188-207.

SALTER, A.; MARTIN, B. The economic benefits of publicly funded basic research: a critical review. *Research Policy*, v.30, n.3, p.509-532, March, 2001.

SCHARTINGER, D.; SHIBANY, A.; GASSLER, H. Interactive relations between universities and firms: empirical evidence for Austria. *Journal of Technology Transfer*, v.26, p.255-268, 2001.

SCHARTINGER, D.; RAMMER, C.; FISHER, M.M.; FRÖHLICH, J. Knowledge interactions between universtities and industry in Austria: sectoral patterns and determinants. *Research Police*, v.31, n.3, p.303-328, March, 2002.

SCHWARTZMAN, S. Coming full circle: a reappraisal of university reform in Latin América, *Minerva*, v.24, p.456-475, 1986.

SCHNEIDER, C.A. A transferência de tecnologia entre universidade-indústria na vertente incubação de empresa de base tecnologica. *Interação Universidade Empresa*, Brasília: IBCT, 1999, p.204-212.

SILVA, L. E.; MAZZALI, L. Parceria tecnológica universidade-empresa: um arcabouço conceitual para a análise de gestão dessa relação. *Parcerias Estratégicas*, n.11, MCT, 2001.

STANKIEWICZ, R. Spin-off companies from universities. *Science and Public Policy*, v.21, n.2, p.99-107, Abril, 1994.

STEPHAN, P. E. Educational Implications of University-Industry Technology Transfer. *Journal of Technology Transfer*, v.26, p.199-205, 2001.

SUZIGAN, W.; VILLELA, A.V. *Industrial Policy in Brazil*.Campinas: niversidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1997.

SUTZ, J. The university- industry-government relations in Latin América. *Research Policy*, v.29, n.2, p.279-290, February, 2000.

SZAPIRO, M. (2003) Dowgrading local capabilities in IT: the telecom innovation system in Campinas. In: CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H. M. M; MACIEL, M. L. (Org.) *Systems of Innovation and Development – Evidence from Brazil*. 1.ed. Massachusetts: Edward Elgar, 2003, Capítulo 19, p.470-498.

THEIS, I. M. Inovação, Desenvolvimento Regional e Parques Tecnológicos: Uma Análise Crítica do Caso Brasileiro. In: FISHER, T. (Org.) *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: Marcos Teóricos e Avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

VARGA, A. Regional Economic Effects of University Research: A survey. *Working Paper*, Department for Economics Geography and Geoinformatics, University of Economics and Business Administration, Vienna, 1997.

VARGAS, M. A.; FILHO, N. S.; ALIEVI, R. M. (1999) Sistema gaúcho de inovação: avaliação de arranjos locais selecionados. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Org.) *Globalização e Inovação Localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul*. Brasília: IBICT/MCT, 1999, Capítulo 12, p.CC.

VELHO, L. *Relações Universidade-Empresa:Desvelando Mitos*. Campinas, SP: Autores Associados, Coleção educação contemporânea, 1996.